

O comportamento recente do crédito e da estrutura patrimonial de grandes bancos no Brasil (2002-2005): uma abordagem pós-keynesiana

Giuliano Contento de Oliveira¹

Resumo

A partir do segundo semestre de 2003, os empréstimos realizados pelos bancos no país aumentaram significativamente, movimento que tem implicado mudanças importantes na estrutura patrimonial dos grandes bancos no Brasil. Nesta perspectiva, e à luz do referencial teórico pós-keynesiano, o artigo discute a recente recuperação do crédito bancário e a evolução recente da estrutura patrimonial dos dez maiores bancos no Brasil.

Palavras-chave: crédito; estrutura patrimonial; grandes bancos; teoria pós-keynesiana.

CÓDIGO DE ÁREA: 11 (Economia Monetária e Financeira)

JEL Classification: E12; E51; N16.

1 Introdução

O crédito permite a realização de investimento sem poupança prévia, possibilitando a transformação do “espírito animal” do empresário em realidade objetiva de investimento, atribuindo dinâmica ao ciclo de negócios da economia. Os bancos desempenham um papel fundamental numa economia monetária da produção, pois emitem obrigações contra si próprios e afetam as expectativas dos demais agentes, pois representam o vínculo entre as esferas real e financeira da economia e influenciam a direção do fluxo monetário.

Recentemente, a partir do segundo semestre de 2003, passou-se a observar um processo de recuperação do crédito no Brasil. Este movimento ganhou intensidade em 2004 e 2005, implicando mudanças importantes na estrutura patrimonial dos grandes bancos no país. Nesta perspectiva, o artigo discute a recuperação recente do crédito no país e mostra, com base no referencial pós-keynesiano, como este processo tem influenciado e modificado a estrutura patrimonial dos dez maiores bancos no Brasil.

2 Comportamento dos bancos em economias monetárias da produção

Numa economia monetária da produção, as políticas operacionais dos bancos serão guiadas pelo *trade-off* retornos monetários versus prêmio pela liquidez dos diversos ativos disponíveis, sendo realizadas num ambiente de incerteza não-probabilística. Fatores de ordens subjetivas irão exercer influências de grande importância sobre as expectativas dos agentes.

No referencial teórico pós-keynesiano², os bancos são tratados como agentes ativos que não se subordinam às vontades de seus depositantes e às determinações das autoridades monetárias. Ao

¹ Doutorando em economia no IE/Unicamp (giulianoliveira@uol.com.br).

² Sobre os fundamentos da escola pós-keynesiana, ver Carvalho (1989) e Minsky (1993).

invés disto, a conduta operacional destas instituições será fortemente influenciada pela percepção dos banqueiros em relação ao cenário vindouro, resultante de um conjunto de expectativas composto por fatores de ordens objetivas e subjetivas (DYMSKI, 1988; PAULA E ALVES JR., 2003a). De acordo com Keynes (1971a, p.23):

Thus the behaviour of each bank, though it cannot afford to move more than a step in advance of the others, will be governed by the average behaviour of the banks as a whole – to which average, however, it is able to contribute its quota small or large. Each bank chairman sitting in his parlour may regard himself as the passive instrument of outside forces over which he has no control; **yet the ‘outside forces’ may be nothing but himself and his fellow-chairmen, and certainly not his depositors.** [grifo nosso]

O portfólio do banco estará sujeito a mudanças permanentes, onde sua composição será expressão de sua escala de preferência por liquidez em dado momento³. A escolha de ativos pelos bancos se dará num contexto de incerteza⁴. Em Keynes (1985, p.157-169), a liquidez passa a ser entendida enquanto uma questão de grau⁵, onde rendimentos monetários e não-monetários podem ser combinados numa classe ou num conjunto de ativos, diante da existência de uma diversidade de aplicações que apresentam diferentes níveis de liquidez e rentabilidade e que podem ser combinados de várias maneiras (CARVALHO, 1999).

O retorno total oferecido por um ativo será determinado pelos valores assumidos por quatro atributos, denominados por Keynes (1985, p.159) de: a) taxa de rendimento que se espera obter pelo uso ou pela posse de um ativo, q ; b) custo de manutenção ou carregamento do ativo, c ; c) prêmio de liquidez do ativo, que corresponde ao rendimento monetário que as pessoas abrem mão em razão da conveniência ou segurança oferecida pela liquidez, l ; d) apreciação ou depreciação do valor de mercado do ativo, a . De modo que a taxa própria de juros de cada classe de ativos será dada pela seguinte equação:

$$a + q - c + l$$

A partir da combinação destes atributos, os bancos irão conformar os seus respectivos portfólios. O grau de preferência entre retornos monetários, sob a forma de rendimentos ($q - c$) ou ganhos de capital (a), e não monetários (l), irá depender de um determinado estado de expectativas destas instituições em relação ao futuro⁶, cuja estruturação se dará num ambiente de incerteza.

³ Sobre a relação entre preferência por liquidez e escola de portfólio, ver também Oreiro (1999).

⁴ Isto ocorre porque numa economia onde o prêmio de liquidez de um bem (a moeda), cujas elasticidades de produção e substituição são desprezíveis, é superior ao seu custo de manutenção, movimentos imprevistos podem ocorrer em razão de mudanças bruscas por sua demanda, gerada pela reversão do nível geral de expectativas. Estas últimas, cumpre reiterar, são formadas num ambiente de incerteza. Sobre o papel da incerteza na economia, ver Ferrari Filho e Araújo (2000), Garner (1982) e Neal (1996).

⁵ De acordo com Keynes (1985, p.166) “[...] talvez seja útil insistir sobre o fato [...] de que a ‘liquidez’ e os ‘custos de manutenção’ são, ambos, questão de grau e que é unicamente na importância da primeira em relação aos últimos que reside a peculiaridade da moeda.”

⁶ Todos os ativos existentes na economia devem necessariamente possuir a mesma taxa de juro própria de equilíbrio *ex-ante*, uma vez que o processo de arbitragem atua no sentido de mitigar as possíveis diferenças entre o retorno de diferentes ativos. Portanto, sendo os ativos, i e j , a condição de equilíbrio será dada por: $a_i + q_i - c_i + l_i = a_j + q_j - c_j + l_j$, para todo e qualquer i e j (CARVALHO et al., 2000).

Assim, as decisões dos bancos serão tomadas à luz do *trade-off* retornos monetários versus não monetários.

No que compete ao lado esquerdo do balanço, numa economia monetária da produção o dilema do banqueiro será a proporção sob a qual ele irá dividir seus recursos entre os diferentes tipos de ativos disponíveis, mais ou menos líquidos, e não quanto ele irá emprestar no agregado. Sua preocupação, portanto, corresponderá ao grau de liquidez de sua carteira de ativos, que irá depender de sua percepção quando ao comportamento futuro das variáveis que afetam as suas posições ativas e passivas. A este respeito, Keynes (1971b, p.59) fez a seguinte afirmação⁷:

[...] what bankers are ordinarily deciding is, not *how much* they will lend in the aggregate – this is mainly settled for them by the state of their reserves – but in *what forms* they will divide their resources between the different kinds of investment which are open to them. Broadly there are three categories to choose from – (i) bills of exchange and call loans to the money market, (ii) investments, (iii) advances to customers. As a rule, advances to customers are more profitable than investments, and investments are more profitable than bills and call loans; but this order not invariable. On the other hand, bills and call loans are more ‘liquid’ than investments, i.e. more certainly realisable at short notice without loss, and investments are more ‘liquid’ than advances [...] **the proportions in which their resources are divided between these three categories suffer wide fluctuations** [...] [grifo nosso]

Na abordagem da teoria da preferência por liquidez, em contraposição à perspectiva horizontalista⁸, a oferta de crédito não será determinada passivamente pela demanda, posto que a demanda por crédito será apenas satisfeita se o banqueiro assim desejar, caso as suas expectativas em relação à capacidade de pagamento futuro do empréstimo pelo mutuário e à manutenção do valor do colateral forem otimistas e se a natureza das suas obrigações emitidas assim permitir (CARVALHO, 1999).

Mas tão importante quanto a composição do portfólio do banco, é a forma pela qual a compra dos ativos é financiada. Numa economia monetária da produção, a decisão estratégica de balanço do banco será procedida com base na escolha entre quanto e quais tipos de ativos comprar e quanto e quais tipos de obrigações emitir, escolha esta que será orientada de acordo com a percepção de risco e de oportunidades de lucro vislumbradas pelos bancos em dado momento. Portanto, estas instituições irão administrar dinamicamente as suas obrigações, seja para escapar das restrições regulatórias impostas pela autoridade monetária, seja para concorrer pela captação de recursos com os demais bancos (CARVALHO, 1999; FREITAS, 1999).

Estas instituições não apenas criam depósitos mediante a emissão de dívidas contra si próprias, como também estão continuamente buscando captar recursos de modo a conformar o seu

⁷ Esta citação, assim como considerações a seu respeito, é bastante comum entre os autores pós-keynesianos, vez que a partir dela se torna possível compreender de forma mais nítida a dinâmica do comportamento dos bancos numa economia monetária da produção.

⁸ Na perspectiva horizontalista, a oferta de moeda é completamente endógena, onde os bancos são meros transferidores de recursos sob uma determinada taxa de juros. A oferta de moeda é, portanto, horizontal no espaço juros versus recursos emprestados. Para uma análise crítica desta abordagem, ver Freitas (1999) e Mollo (1997).

passivo de acordo com as suas necessidades operacionais de portfólio, de modo que a administração estratégica do ativo e do passivo bancário se dará de forma interdependente. Logo, num contexto de baixa incerteza em relação ao futuro e de inexistência de outras classes de ativos menos arriscados que permitam o alcance da rentabilidade esperada, os bancos irão optar por um conjunto de ativos cujo retorno monetário seja elevado e cujo prêmio de liquidez seja baixo, como operações de crédito⁹. No ciclo expansivo, estas instituições estarão mais propensas a alongar os prazos e a aumentar a proporção dos ativos menos líquidos em carteira, a despeito de incorrem em maiores riscos de juros, liquidez e crédito¹⁰.

No entanto, antes de conceder empréstimos, estas instituições farão uma análise comparativa entre os retornos esperados deste tipo de aplicação com a taxa própria de juros (retorno) de todos os demais ativos que possam compor o seu respectivo portfólio. Portanto, mesmo havendo demanda por empréstimos, os bancos podem optar por não atendê-la, caso existam aplicações mais atrativas face o contexto vigente de expectativas.

Para que a expansão do crédito seja viabilizada, os bancos terão que administrar dinamicamente as suas obrigações. Estas instituições buscarão captar recursos mediante o oferecimento de produtos que economizem reservas e, assim, aumentem a quantidade disponível de recursos para empréstimos. E isto será realizado a partir do emprego de instrumentos que influenciem a escala de preferência dos depositantes, do manejo das taxas de juros dos depósitos a prazo¹¹ e da introdução de inovações financeiras (PAULA e ALVES JR., 2003a; FREITAS, 1999).

Quando a incerteza é alta, por outro lado, os bancos irão preferir reter uma classe de ativos que privilegie o retorno não monetário ou o prêmio de liquidez, como moeda e títulos de curto prazo¹², que fornecem segurança e possuem custo de carregamento desprezível¹³. O aumento da proporção entre ativos mais e menos líquidos em carteira se dará mediante substituição das operações ativas de mais longa maturação por aquelas de maior liquidez e menores risco e prazo. No que compete ao passivo, o banco empenhará políticas destinadas a aumentar o seu capital próprio, de modo a reduzir o seu grau de alavancagem.

⁹ No que compreende às operações de empréstimos, a incerteza será em relação à capacidade futura de pagamento do mutuário (principal + juros). De modo que a incerteza contemplará não apenas o ambiente macroeconômico vindouro, mas todos os vetores que exercem influência sobre a capacidade dos devedores honrarem seus compromissos, com destaque à liquidez do colateral e à eficiência do sistema de exigibilidades de garantias.

¹⁰ O risco de juros ocorre em razão da possibilidade de uma variação da taxa de mercado tornar o *spread* bancário negativo, implicando prejuízos ao banco; o risco de liquidez deriva da possibilidade de descasamento entre as operações ativas e passivas dos bancos e é aumentado nas fases expansivas dos ciclos de negócios, quando os bancos dilatam os prazos de suas aplicações com base em obrigações de curto termo; já o risco de crédito corresponde à possibilidade de o mutuário não honrar os seus compromissos com o banco.

¹¹ Em geral, sobre os depósitos a prazo incidem menores compulsórios do que sobre os depósitos à vista.

¹² Enquanto a moeda é líquida *par excellence*, representando a própria liquidez, os ativos líquidos são aqueles cujo tempo requerido para negociá-los é pequeno e cuja possibilidade de mudança de seus preços é baixa. Mas, diferentemente da moeda, os ativos financeiros não-monetários apresentam rendimentos positivos e são sujeitos, mesmo que em baixa medida, a variações de preços, a despeito de o custo de carregamento ser pequeno.

¹³ É importante chamar atenção à importância da estabilidade de preços para que o custo de carregamento não seja superior ao prêmio de liquidez.

Portanto, os bancos se comportam ativamente, exercendo um papel de transformação da realidade, ao invés de adaptação. O negócio destas instituições será tirar proveito de oportunidades percebidas de lucro. De acordo com Minsky (1986, p.225-226):

Banking is a dynamic and innovative profit-making business. Bank entrepreneurs actively seek to build their fortunes by adjusting their assets and liabilities, that is, their lines of business, to take advantage of perceived profit opportunities. This banker's activism affects not just the volume and the distribution of finance but also the cyclical behavior of prices, incomes, and employment.

Cumprе salientar, ainda, que o comportamento dos bancos é iminentemente pró-cíclico. Em momentos de crescimento econômico estas instituições expandem crédito e potencializam o movimento que lhe deu origem, enquanto em períodos recessivos a recomposição de portfólio em direção aos ativos mais líquidos faz agravar a fase decrescente do ciclo de negócios.

Na teoria pós-keynesiana, os bancos são importantes não apenas por diminuírem os custos de transação e minimizarem as assimetrias de informações no processo de intermediação de recursos, mas também pelo fato de avalizarem posturas financeiras mais arrojadadas mediante a emissão de dívidas contra si próprios e serem capazes de influenciar tais posturas a partir de operações no mercado de ativos¹⁴. Estas instituições estão na raiz da instabilidade constitutiva de uma economia monetária da produção, pois são capazes de afetar as variáveis reais do sistema, como a produção e o nível de emprego.

3 Fontes e metodologia de análise dos dados

Os dados que serão analisados nos itens seguintes, relacionados ao crédito e à estrutura patrimonial dos bancos no Brasil, foram coletados no *site* do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br). Em relação aos dados de crédito, no período mais recente as séries temporais dos empréstimos direcionados e das operações do sistema financeiro total, bem como do novo conceito de recursos livres, encontravam-se temporariamente indisponíveis em razão da revisão retroativa dos números. Isto porque a partir de novembro de 2005, passaram a ser incorporadas novas modalidades de crédito nas séries respectivas, que antes eram desconsideradas no cálculo das operações de crédito com recursos direcionados e livres¹⁵ (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005).

¹⁴ Enquanto na esfera real a moeda cumpre a função meio de troca, no circuito financeiro a moeda cumpre o papel de ativo. Os bancos exercerão importante influência na direção do fluxo monetário, do setor real para o setor financeiro, ou vice-versa, vez que freqüentemente representam o vínculo entre estes dois circuitos. Tratam-se, portanto, de instituições capazes de influenciar os preços dos ativos de capital e, assim, os graus de preferência por liquidez dos demais agentes da economia. Sobre a relação entre estas duas esferas no capitalismo contemporâneo, particularmente no que se refere ao processo de financeirização da riqueza, ver Braga (1997). Cumprе salientar que por financeirização subentende-se não a sucção da liquidez da circulação industrial pela financeira, mas uma interação do dinheiro e dos ativos entre ambas as esferas (BRAGA, 1997).

¹⁵ No segmento direcionado, passou-se a contabilizar os empréstimos realizados pelas cooperativas de crédito rural, além de ocorrerem mudanças relacionadas às operações do BNDES, cuja carteira de empréstimos passou a incorporar os financiamentos rurais e os destinados ao setor público. No segmento livre, operou-se a incorporação dos dados das

Com isto, a somatória das modalidades de crédito que resultava no conceito “operações de crédito com recursos livres”, estabelecidas pela Circular 2.957, de 30.12.1999, a partir de novembro passou a ser denominada “crédito referencial para taxas de juros”, por servir de base ao cálculo dos juros e *spreads* bancários e pelo fato de doravante não mais constituir a totalidade dos empréstimos com recursos livres no país (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005).

A única série disponível desde janeiro de 2002, quando da realização deste artigo, era a correspondente às operações de crédito com recursos livres, restritas à Circular 2.957, a partir de novembro chamadas de “crédito referencial para as taxas de juros”. Os dados de crédito do sistema financeiro nacional, bem como dos empréstimos com recursos direcionados e com recursos livres, este último envolvendo o conceito mais abrangente, não se encontravam disponíveis na base de dados do Banco Central, estando disponíveis apenas nas notas para a imprensa de política monetária e mercado aberto a partir de novembro de 2005, retroativos a dezembro de 2003. Todavia, embora tenham prejudicado, estas restrições não impediram a análise do comportamento do crédito no período recente no Brasil.

Já para a análise da estrutura patrimonial dos grandes bancos no Brasil no período 2002-05, foram coletados os dados contábeis das dez maiores instituições financeiras (IFs) no país sob a ótica do ativo total deduzido da intermediação, exclusive BNDES¹⁶, na posição de setembro de 2005, bem como os dados relacionados ao conjunto das cinquenta maiores IFs. Os dez bancos selecionados correspondem a um conjunto heterogêneo de instituições, vez que contempla dois bancos públicos federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica federal), quatro bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú, Safra e Votorantin), três bancos privados com controle estrangeiro (ABN AMRO, Santander Banespa e HSBC) e um banco privado com participação estrangeira (Unibanco). Na última posição disponível, de setembro de 2005, a somatória do ativo total do conjunto destes bancos representavam 67,9% do total do Sistema Financeiro Nacional, evidenciando a representatividade da amostra de bancos analisada neste trabalho.

A partir dos dados contábeis destas instituições, foram calculados indicadores selecionados, com periodicidade semestral, nas posições de junho e dezembro de cada ano. Uma exceção foi o ano de 2005, que pela indisponibilidade dos dados de fim de período, foram apresentadas as posições de junho e setembro. Também se realizou a análise de alguns indicadores de resultado, cujos valores nos períodos junho e dezembro de cada ano correspondem ao acumulado de janeiro a junho e de julho a dezembro, respectivamente. Apenas os indicadores de resultado de setembro de 2005, tomam por base os valores acumulados no trimestre jul./set.

sociedades de arrendamento mercantil, das cooperativas de crédito, de um item denominado “outros” e dos financiamentos rurais não-direcionados (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005).

¹⁶ O BNDES é apenas considerado nos números das posições de junho e dezembro de 2002, sendo desconsiderado nos demais períodos.

Por fim, cumpre salientar que das dez instituições, apenas a CEF corresponde ao segmento instituições bancárias independentes, que segundo o Banco Central diz respeito às instituições financeiras do tipo banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica que não integrem conglomerado. Os dados dos demais bancos correspondem ao conceito de conglomerado, ou seja, em cuja composição se verifica ao menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial. Além disso, para os dados referentes aos 50 maiores bancos, tomando-se por base o ativo total deduzido da intermediação (de títulos menos posição financiada), o BNDES é apenas considerado nos números das posições de junho e dezembro de 2002, sendo desconsiderado nos demais períodos. As Figuras e as Tabelas são apresentadas no final do artigo, após as referências.

4 O comportamento recente do crédito no Brasil (2002-2005)

A experiência brasileira posterior ao Plano Real derrubou a hipótese de que os bancos compensariam as perdas das receitas inflacionárias a partir da ampliação sustentada dos empréstimos sob *spreads* e juros baixos¹⁷, aumentando a relação crédito/PIB para os níveis observados nos países desenvolvidos, condição que lançaria as bases para a retomada do crescimento econômico sustentado¹⁸.

Conforme se pode observar a partir da Figura 1.I, que apresenta o crédito em proporção do PIB sob a antiga metodologia¹⁹, a partir de fins de 1994 e início de 1995, passado o período imediatamente posterior à estabilização monetária, a relação crédito/PIB passa a entrar numa evidente trajetória de queda, com inflexões pontuais de pouco fôlego, interrompidas ora por reversões do ambiente macroeconômico, como em 1996-97 em virtude dos impactos da crise asiática, ora por gargalos que dificultaram a sustentação de um quadro prolongado de expectativas otimistas em relação ao futuro, como no ano de 2000 em decorrência da crise energética. É apenas no período mais recente, a partir de meados de 2003, que o crédito vem crescendo de forma mais prolongada na comparação com os movimentos anteriores de recuperação.

A Figura 1.II apresenta a mesma relação, mas sob a nova metodologia de cálculo utilizada pelo Banco Central, que leva em consideração as operações de crédito realizadas pelas sociedades de arrendamento mercantil e cooperativas de crédito, além de abranger os financiamentos rurais não-direcionados e outras operações. Verifica-se um importante aumento da relação crédito/PIB

¹⁷ Sobre o *spread* bancário após o Plano Real, ver Oliveira (2004).

¹⁸ Sobre o comportamento dos bancos após o Plano Real, ver Carvalho (1998); Paula e Alves Jr. (2003b) e Paula, Alves Jr. e Marques (2001). Sobre o processo de fragilização de grandes bancos após o Real, ver Carvalho e Oliveira (2002).

¹⁹ Embora estes dados não estavam disponíveis quando da realização do artigo, o autor possuía uma série da relação crédito/PIB, obtida antes da indisponibilização da série realizada pelo Banco Central com vistas à realização dos ajustes necessários.

entre dez.03 e dez.05, da ordem de quase 5 pontos percentuais, o que aponta a presença mais atuante dos bancos no mercado de crédito no período recente.

Esta expansão dos empréstimos bancários tem sido puxada principalmente pelo aumento das operações de crédito com recursos livres, que em dezembro de 2005 correspondiam a dois terços do crédito total, o equivalente a R\$ 404,8 bilhões. A Figura 1.III mostra a evolução dos empréstimos direcionados, livres e referenciais para a taxa de juros, a preços de dez.05 e sob a forma de número índice, utilizando-se como base dez/03 = 100 e como deflator o IPCA. Os dados mostram o ritmo diferenciado de expansão entre os empréstimos com recursos direcionados e com recursos livres: enquanto os primeiros tiveram um crescimento real de 9,3% no interregno dez.03/dez.05, os empréstimos livres subiram 39,23%, enquanto o crédito referencial para taxa de juros, 27,6%. Observa-se, ainda, que o crescimento real dos empréstimos com recursos livres se mostrou bem mais vigoroso nas operações com pessoas físicas do que com pessoas jurídicas no intervalo abrangido (Figura 1.IV).

Na Tabela 1 são apresentados indicadores relacionados ao crédito referencial para a taxa de juros, que correspondia a 84,2% da soma dos empréstimos realizados com recursos livres no país em dez.05, o que permite a análise da evolução dos empréstimos por modalidade no período considerado neste artigo (2002-05). Observa-se que o crescimento real das concessões de recursos se deu de forma mais acelerada junto às pessoas físicas do que junto às empresas. Entre 2003-04 e 2004-05, a concessão de crédito, calculada pela média dos fluxos mensais a preços constantes, para as pessoas físicas apresentou um crescimento real de 9,4% e 13,4%, respectivamente, enquanto que para as pessoas jurídicas, 9,5% e 10,1%, sendo que a primeira variação ocorreu após um importante decréscimo entre 2002-03.

Considerando os valores de estoque, os resultados são mais evidentes: enquanto nos intervalos 2003-04 e 2004-05 o crédito às pessoas físicas cresceu, em termos reais, 19,5% e 29,6%, o destinado às empresas subiu 8% e 11,1%, respectivamente. Isso se fez sentir na importância relativa de cada segmento no total dos empréstimos com recursos livres: enquanto em dez.03 os empréstimos para as pessoas físicas representavam 39,5% destas operações, em dez.05 correspondiam a quase metade (47,1%). Esse movimento mostra que o crédito para consumo tem sido a principal locomotiva do recente processo de retomada do crédito no Brasil. A recuperação atividade econômica observada nos últimos dois anos (2004-04), num cenário internacional benigno e num quadro de fundamentos macroeconômicos menos vulneráveis do que no passado, de avanços institucionais no mercado de crédito e de inserção de novas modalidades de empréstimo, tem ensejado um maior grau de exposição dos bancos nas operações de crédito.

Entre as modalidades destinadas às pessoas físicas, o crescimento real bastante modesto do Cheque Especial nos intervalos analisados, tanto em termos de concessão quanto de volume, teve como contrapartida o crescimento significativo do Crédito Pessoal, da Aquisição de Veículos e do

Cartão de Crédito, modalidades com participações representativas nos empréstimos destinados a este público (Tabela 1). A redução dos empréstimos a partir da linha do Cheque Especial se mostrou fortemente condicionada pelas altas taxas de juros praticadas nesta modalidade, diante da possibilidade de substituição por outras modalidades contratadas sob juros mais baixos, como a linha do Crédito Pessoal, notadamente depois da introdução dos empréstimos com desconto em folha. Nota-se, contudo, que as operações do Cheque Especial ainda respondem por parcela significativa das concessões de recursos destinadas às pessoas físicas.

No caso das operações às empresas, não fossem os aumentos observados em modalidades com participação importante dos empréstimos destinados a este segmento, como Capital de Giro, Conta Garantida e Outras Operações, que juntas responderam por 65,1% e 56,1% da concessão e do volume de crédito total em 2005, respectivamente, o crescimento dos empréstimos teria sido bem mais modesto. A Tabela 1 mostra que o comportamento das operações junto às pessoas jurídicas se mostrou bem mais heterogêneo do que em relação às pessoas físicas, até pela maior quantidade de modalidades.

No mais, observa-se um alongamento dos prazos de contratação dos empréstimos em boa parte das modalidades analisadas na comparação 2005/2004, após uma redução da maturação dos empréstimos no interregno 2002-04 (Tabela 1). Este processo, especificamente no que compete ao crédito ao consumo, tem permitido a redução do valor das parcelas dos bens financiados e, assim, contribuído significativamente para as vendas no varejo no período recente.

Como os empréstimos totais com recursos livres cresceram num ritmo superior às operações referenciais para a taxa de juros (Figura 1.III), tem-se que o aumento real destas operações foi positivamente influenciado pelas novas modalidades consideradas pelo Banco Central para o cálculo das operações com recursos livres. As Figuras 2.I e 2.III mostram o crescimento bastante vigoroso dos empréstimos realizados pelas cooperativas de crédito às pessoas físicas, bem como do aumento também significativo do item “outras operações de crédito” e das “operações de *leasing*”, nas operações com empresas e pessoas físicas, o que tem se traduzido no aumento da participação relativa destas modalidades em ambos os segmentos (Figura 2.II e 2.IV).

A atuação dos grandes bancos no nicho de crédito para consumo resultou num movimento de parcerias entre estas instituições e grandes e médias redes varejistas. Os grandes bancos buscaram, com isso, aumentar as suas carteiras de financiamento ao consumo. Estas parcerias têm crescido em ritmo acelerado desde o segundo semestre de 2003, proporcionando aos bancos uma carteira de clientes com históricos conhecidos, ganhos de escala e popularização de seus serviços junto a um público cativo por recursos e muitas vezes não-bancarizado. Por outro lado, proporciona às redes de varejo maiores vendas em virtude de melhores condições de financiamento aos clientes, tanto em termos de prazo, quanto de juros praticados junto aos mutuários (BANCOS, 2004a).

Em vista dos obstáculos enfrentados pelos grandes bancos para o desenvolvimento de nichos de mercado, a associação com as grandes e médias redes de varejo tem permitido aos bancos aumentarem os empréstimos num curto espaço de tempo e sob custos bem menores do que seriam incorridos mediante expansão orgânica. O caso do Bradesco é bastante elucidativo: maior banco privado do país, realizou acordos operacionais para o financiamento de consumo com diversas redes de varejo, como Casas Bahia, Lojas Colombo, Lojas Salfer, Eletrozema, Leader Magazine, Grupo Ponte Irmão, Dismar e Supermercados da rede Comper. O movimento tem sido acompanhado por outros grandes bancos de varejo, como nas parcerias envolvendo o HSBC com a rede de eletro-eletrônicos Panashop/Best Mix para financiar as compras dos consumidores das duas bandeiras, além de mais de 15 mil parcerias entre a sua promotora de vendas no Brasil, a Losango, e grandes e médias redes varejistas; o Unibanco com o Ponto Frio, o Magazine Luiza e a rede de supermercados Sonae; e o Itaú com o Grupo Pão de Açúcar, a maior rede varejista do país, e as Lojas Americanas²⁰. Com estas parcerias, os grandes bancos buscam, ainda, transformar as redes de varejo em correspondentes bancários, permitindo um aumento da capilaridade e da base de clientes (BRADESCO, 2005a; BANCOS, 2004a e 2004b).

A disputa dos grandes bancos no Brasil pelo crédito massificado também tem se estendido para o campo da aquisição de financeiras e de bancos com nicho de mercado no crédito ao consumo, ou para a esfera da realização de contratos de cessão de crédito com instituições de pequeno e médio portes²¹. Para os pequenos e médios bancos que realizaram as parcerias, tornou-se possível não apenas a sustentação das operações ativas, mas o atendimento de um maior contingente de clientes, estratégia que seria restringida pelos parâmetros estabelecidos pelo acordo da Basiléia (BANCOS, 2004c). Já os grandes bancos que realizaram parcerias ou aquisições de instituições, ou simplesmente “locaram” as carteiras de crédito de bancos que operavam no nicho de financiamento ao consumo, potencializaram o crescimento de suas carteiras de crédito e passaram a ter nova capacidade de geração de negócios a partir de uma plataforma de relacionamento mais estreito com o público-alvo.

São alguns exemplos deste movimento, iniciado com força no segundo semestre de 2003, a compra do Banco Zogbi pelo Bradesco, bem como da parceria deste último com o Banco BMC; da aquisição do Banco Indusval e da Losango pelo HSBC, que também realizou parcerias com a

²⁰ É importante observar que as parcerias envolvem especificidades não destacadas neste artigo. Algumas delas compreendem a criação de uma financeira em sociedade, como as parcerias do Bradesco com as Lojas Colombo e o Leader Magazine, enquanto outras não incluem a criação de financeiras em sociedade, como as parcerias realizadas entre o próprio Bradesco e as Lojas Salfer e as Casas Bahia, bem como do Unibanco com o Ponto Frio e o Magazine Luiza; e do Itaú com o Pão de Açúcar e as Lojas Americanas.

Cumprir destacar que na maior parte destas parcerias, os bancos e as redes de varejo dividem pela metade os resultados auferidos com operações de crédito para consumo, crédito pessoal e outros produtos.

²¹ Este processo foi acelerado após a intervenção no Banco Santos, que dificultou a captação de recursos por parte dos pequenos e médios bancos, diante da menor disposição dos investidores institucionais comprarem seus CDBs e suas cotas de fundos de recebíveis, levando-os a realizar parcerias com outras instituições (PARCERIAS, 2005b).

financeira Cifra, do Banco Schahin, e com o Banco Matone; da Fináustria, do Banco Intercape e do Banco Fiat pelo Itaú, além da parceria realizada com o Banco BMG, que por seu turno firmou contrato de cinco anos, iniciado em 2004, com a financeira Cetelem; e da Creditec e da Hipercard pelo Unibanco. Em geral, nas parcerias realizadas, os pequenos bancos se responsabilizam pela distribuição, enquanto os grandes bancos com parte dos recursos e com o processamento das transações.

Os empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento²² desempenharam um importante papel na dinamização das parcerias entre os grandes e os pequenos e médios bancos, bem como das aquisições destes últimos pelos primeiros. Estas operações cresceram significativamente desde a sua introdução, tendo contribuído de forma vigorosa para a retomada do crédito no período recente, em vista das taxas de juros bem menores do que as praticadas nas demais modalidades de crédito destinadas às pessoas físicas.

Conforme se pode observar na Figura 3.I, os empréstimos consignados saíram de um patamar de R\$ 10 bilhões em janeiro de 2004, a preços constantes de dez.05, para ultrapassar a marca dos R\$ 32 bilhões no último mês do período considerado. Verifica-se, ainda, que a despeito da preponderância dos empréstimos destinados aos funcionários públicos, os recursos destinados aos trabalhadores privados têm ganhado cada vez maior relevância (Figura 3.II). Isso tem feito aumentar a participação destas operações tanto em relação ao crédito pessoal, quanto em relação ao total dos empréstimos com recursos livres destinados às pessoas físicas (Figuras 3.III e 3.IV).

No entanto, cabe fazer duas ressalvas ao crédito com desconto em folha, a saber: 1) boa parte desses recursos é utilizada na liquidação de dívidas antigas contratadas sob taxas mais elevadas, minimizando os seus efeitos expansivos sobre o nível de demanda agregada; e 2) o desconto em folha de pagamento, se por um lado atua no sentido de reduzir os juros envolvidos na operação, por outro, ao implicar uma diminuição da renda líquida disponível do tomador, pode desempenhar um papel negativo sobre as expectativas do mutuário, que pode ficar mais parcimonioso e reduzir o consumo corrente e futuro, novamente minimizando os efeitos expansivos desta modalidade de empréstimo sobre o nível de demanda agregada.

Finalmente, cumpre ainda discutir as operações de crédito com recursos direcionados, que apresentaram um crescimento bastante inferior aos empréstimos com recursos livres no período dez.03/dez.05. Em dez.05 estas operações alcançavam R\$ 202,1 bilhões, o equivalente a 1/3 do crédito total do Sistema Financeiro Nacional, lideradas pelos empréstimos diretos e indiretos realizados pelo BNDES, cujos empréstimos somavam R\$ 123,1 bilhões no período (Figura 4.I). A Figura 4.II mostra que o item denominado “outros recursos direcionados” foi o que mais aumentou no interregno considerado, pouco mais de 30%, a despeito de sua baixa representatividade (Figura

²² Operações regulamentadas pela Medida Provisória 130, de 17/09/2003, convertida na Lei 10.820, de 17.12.2003.

4.I), seguido dos empréstimos rurais, que cresceram 13,75% no período, dos recursos do BNDES (8%) e destinados à Habitação (4,5%). O crescimento menor do crédito direcionado em relação aos empréstimos livres tem reduzido a importância dos recursos obrigatórios na composição do crédito total geral e livre (Figuras 4.III e 4.IV).

De qualquer modo, embora sob um ritmo menor do que as operações livres, o crescimento dos empréstimos obrigatórios também tem contribuído para a recuperação do crédito no período recente. À luz do referencial pós-keynesiano, será mostrado que os grandes bancos têm optado no período recente por maiores retornos monetários e menores retornos não-monetários em suas operações ativas, assumindo uma estrutura patrimonial com menor grau de liquidez.

5 Evolução da estrutura patrimonial dos bancos no Brasil e indicadores de resultado selecionados (2002-2005)

O crescimento do crédito tem implicado mudanças significativas na estrutura patrimonial dos bancos no Brasil. De acordo com o referencial pós-keynesiano, por serem instituições ativas que buscam acumular e valorizar a riqueza sob a forma monetária, os bancos irão realizar mudanças permanentes em seus balanços, cuja composição irá refletir o seu grau de preferência por liquidez em dado momento. Num contexto de perspectivas positivas em relação ao futuro, os bancos irão reorientar os seus ativos em direção a uma estrutura patrimonial menos líquida, privilegiando retornos monetários em detrimento de retornos não-monetários.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que a estrutura patrimonial dos bancos no Brasil no período recente pode ser interpretada à luz do referencial teórico pós-keynesiano. Conforme se pode observar na Tabela 2, as operações de crédito e arrendamento mercantil em relação ao ativo total de todas as instituições que compõe a amostra registraram significativo aumento no período considerado, com especial destaque aos bancos estrangeiros. O Banco ABN AMRO, que comprometia 35,6% do ativo com operações de crédito e arrendamento em jun.02, em set.05 alcançava a marca de 47,8%.

Ganha destaque a menor proporção da exposição em crédito e arrendamento da CEF e do Banco Votorantin, que por se um banco de atacado tem como foco a gestão de recursos de terceiros, a despeito de ter quase dobrado a proporção no período considerado. Considerando a média dos dez maiores bancos, observa-se que a relação analisada passa de 29,1% no início da série, atingindo o pico de 33,9% no final do período. O mesmo movimento ocorre no caso dos cinquenta maiores bancos do país, sob o conceito do ativo total deduzido da intermediação.

A contrapartida do aumento do crédito dos dez maiores bancos do Brasil consistiu na redução da proporção do ativo destinada às aplicações em Títulos e Valores Mobiliários (TVM), que aqui são somadas às aplicações em derivativos. Ou seja, os grandes bancos estão trocando liquidez por rentabilidade, movimento que sintoniza o comportamento recente destas instituições

com o referencial pós-keynesiano (Tabela 3). Os casos dos bancos Unibanco e Votorantin são elucidativos: de uma exposição da ordem de 27,4% e 75,8% em jun.02, passou para 12,2% e 37,1% em set.05, respectivamente.

Movimento na mesma direção, embora sob menor intensidade, pode ser observado para as demais instituições selecionadas, exceto apenas para o banco HSBC, que manteve a relação em torno de 20% do ativo na maior parte do período, e para a CEF, que diferentemente dos outros bancos da amostra, apresentou aumento das aplicações em TVM em relação ao seu ativo total, realizando uma estratégia diferenciada em relação aos demais bancos no que tange à gestão das aplicações, conduta que apenas não tem afetado o retorno da CEF em função do elevado retorno obtido com as operações de TVM, como será apresentado. Considerando a média dos dez bancos da amostra, a redução da relação TVM e instrumentos derivativos/ativo total alcançou 10,1 ponto percentual entre jun.02/set.05, passando de 34,5%, para 24,4%. Para os 50 maiores bancos, a redução se mostrou bem mais modesta, de 30,3%, para 29,7%.

A Tabela 4 apresenta a relação disponibilidades/ativo total para o conjunto dos grandes bancos. Observa-se que em 2002 a relação encontrava-se em nível elevado para todas as instituições da amostra, considerando o nível do indicador no período subsequente, refletindo uma posição mais líquida destas instituições diante do cenário de incerteza que marcou o ano eleitoral. Uma exceção é o Votorantin, que por ser um banco que opera somente no atacado, pode trabalhar com recursos com liquidez imediata em nível reduzido.

Assim, no período recente os bancos têm reduzido o grau de liquidez do ativo, optando por maior rentabilidade e se expondo a maiores riscos. Mas a despeito da adoção de um comportamento operacional mais agressivo, a estratégia adotada pelos bancos no interregno considerado não tem sido acompanhada por um processo de fragilidade patrimonial, conforme se pode observar a partir da relação Patrimônio Líquido/ativo total (Tabela 5). Ao invés disso, a atual estratégia dos grandes bancos no Brasil tem sido acompanhada por um aumento do patrimônio em proporção do ativo. Apenas os bancos ABN e Itaú apresentaram ligeira redução desta relação entre o início e o fim do período considerado, enquanto para os demais bancos da amostra, bem como para os 50 maiores, o movimento tem sido o inverso.

A mesma conclusão pode ser obtida a partir da Tabela 6, que apresenta o Índice da Basileira, que no Brasil deve ser superior a 11%. Observa-se que o aumento do crédito no período recente tem sido acompanhado por uma situação patrimonial bastante confortável por parte dos bancos selecionados, com o Índice se encontrando bem acima do exigido para todas as instituições.

Para operar uma política de crédito expansiva sob base sustentada ao longo do tempo, há a necessidade de execução de uma política ativa do lado do passivo, de modo a captar recursos para amparar o aumento dos empréstimos. Não significa que os bancos precisam primeiro captar, para depois emprestar, mas sim que quanto maior for o prazo de maturação e quanto menores forem os

níveis de reservas das obrigações emitidas, maior será a capacidade destas instituições sustentarem a expansão dos empréstimos, conforme sugerido pelo referencial pós-keynesiano.

Como se pode observar a partir da Tabela 7, cinco dos dez grandes bancos analisados apresentaram aumento dos depósitos totais em relação ao passivo total entre jun.02 e set.05, a saber: Banco do Brasil, Unibanco, ABN, Santander e HSBC. O Banco ABN, que apresentou a maior exposição em crédito entre os dez maiores do país no período considerado, foi a instituição que mais apresentou aumento da relação depósito/passivo, que passou de 34,0%, para 58,8% no interregno; já os bancos Bradesco, Itaú e Votorantin apresentaram relativa estabilidade do indicador, sendo que apenas o Banco Safra e a CEF apresentaram declínio significativo dos depósitos, na comparação jun.02/set.05, a despeito da observância de movimentos de recuperação no próprio interregno considerado, condição que não permite estabelecer qualquer tipo de tendência. No mais, tanto o comportamento médio dos depósitos totais dos dez maiores bancos do país, quanto dos 50 maiores bancos, evidenciam um claro aumento da captação de recursos pelos bancos no período, com picos significativos em dez.04 e jun.05, revelando a política ativa empenhada por estas instituições na administração do passivo.

A segregação dos depósitos à vista, de poupança e a prazo em relação aos depósitos totais torna ainda mais evidente a administração dinâmica do passivo executada pelos grandes bancos no Brasil no período recente (Tabelas 8, 9 e 10). A maior exposição em crédito induz os bancos a privilegiarem obrigações com prazos de maturação mais alongados, como depósitos de poupança e a prazo, em detrimento de obrigações de curto prazo, como depósito à vista. Na Tabela 8, observa-se que cinco dos dez bancos selecionados reduziram a parcela dos depósitos à vista no período (Unibanco, ABN, Santander, HSBC e Votorantin), enquanto os demais praticamente mantiveram a mesma exposição. Para a média dos dez maiores bancos, observa-se que a participação dos depósitos à vista em relação aos depósitos totais correspondeu a cerca de 15% durante o período, em torno do mesmo patamar verificado para os cinquenta maiores bancos do país.

É interessante notar a capacidade reativa destas instituições no manejo de suas obrigações. Conforme discutido, os bancos buscam influenciar a escala de preferências dos depositantes, o que requer mudanças contínuas nas formas de captação de recursos. Esta prática fica evidente a partir da análise conjunta das Tabelas 8, 9 e 10. Em jun.02, a autoridade monetária elevou o recolhimento compulsório dos depósitos de poupança, de 15%, para 20%, que associado à obrigatoriedade de destinar 65% do total dos depósitos para financiamento imobiliário, implicou um redirecionamento imediato nas formas de captação de recursos pelos bancos no Brasil. Entre jun./dez.02, dos nove bancos que oferecem o produto na amostra, sete deles reduziram a captação de recursos via poupança, enquanto a CEF e o Santander apresentaram certa estabilidade (Tabela 9).

Por outro lado, no mesmo interregno, a maioria dos bancos selecionados aumentaram a captação de depósitos à vista, a despeito do estabelecimento de compulsório adicional remunerado

de 8% aos 45% de recolhimento não remunerado então estabelecidos (Tabela 8)²³. Observa-se, ainda, que não obstante o aumento do compulsório sobre os depósitos a prazo, de 10%, para 15%, realizada também em jun.02, o aumento da captação de recursos mediante este instrumento sofreu aumento em seis dos dez grandes bancos selecionados, em vista da menor alíquota relativa de recolhimento compulsório e da não-obrigatoriedade de direcionamentos obrigatórios.

Movimento inverso pode ser constatado entre os períodos dez.02/jun.03, interregno sob o qual se realizou um aumento do compulsório sobre os depósitos à vista de 45%, para 60%, assomado de um adicional de 8% de recolhimento remunerado. Pode-se verificar, agora já sob a execução de uma política de crédito expansiva, uma redução da proporção dos depósitos à vista em relação aos depósitos totais para a maioria dos bancos selecionados, em paralelo a um aumento dos depósitos a prazo, de modo a liberar mais recursos para empréstimos e viabilizar, pelo lado das obrigações, o aumento dos empréstimos (Tabelas 8 e 10).

Apresenta-se notório o aumento da participação dos depósitos a prazo entre o início e o fim do intervalo considerado. Oito dos dez grandes bancos selecionados registraram, sob diferentes intensidades, aumento da relação depósito a prazo/depósito total (Tabela 10). O Banco Safra registrou estabilidade na razão indicada, sendo que apenas o Votorantin apresentou redução. Nestes dois casos, contudo, o comportamento dos depósitos a prazo no período indicado pode ser explicado pela opção destas instituições em ampliar a parcela dos depósitos interfinanceiros (Tabela 11).

Houve também um aumento importante das captações no mercado aberto em proporção do passivo total para a maioria dos bancos (Tabela 12). Embora o comportamento da relação ao longo do tempo considerado seja um tanto errático, pode-se observar que o início do ciclo de crédito expansivo ensejou uma atuação mais ativa destas instituições na captação de recursos via mercado aberto. O mesmo não se pode dizer das obrigações por empréstimos e repasses (Tabela 13), que também em proporção do passivo total apresentaram queda na maioria dos bancos.

Conforme demonstram os indicadores analisados, os grandes bancos no Brasil têm empenhado uma política de crédito expansiva acompanhada de uma política ativa na gestão do passivo, alongando os prazos de maturação das obrigações e arbitrando de forma permanente entre as diferentes obrigações disponíveis, à luz das taxas de captação e das reservas exigidas. Esta conduta tem reduzido as receitas com TVM em relação à receita de intermediação financeira, que se fez sentir em todas as instituições da amostra no período jun.02/jun.05 (Tabela 14).

A contrapartida tem sido o aumento significativo das receitas com crédito e arrendamento mercantil (Tabela 15). Na posição de jun.05, as receitas de crédito e arrendamento em relação ao total da receita com intermediação ultrapassaram a barreira dos 60% em cinco dos dez bancos selecionados, movimento acompanhado de um recuo significativo das receitas com TVM sob

²³ Importante salientar que, atualmente, além do compulsório, 25% dos depósitos à vista devem ser obrigatoriamente direcionados para operações de financiamento rural e 2% para o microcrédito.

diferentes intensidades entre os bancos analisados (Tabela 14). Destaca-se, ainda, a baixa expressão relativa da CEF no que compete às receitas de crédito, reflexo de sua pequena exposição em empréstimos e elevada participação em TVM.

As receitas com derivativos, operações tipicamente voláteis, apresentaram um comportamento bastante instável no período analisado, quando medidas em proporção das receitas com intermediação (Tabela 16). Em alguns casos e períodos, contudo, tais receitas contribuíram de maneira significativa com as receitas de intermediação. As receitas de câmbio também demonstram a capacidade destas instituições responderem ativamente a novas oportunidades percebidas de lucro (Tabela 17): entre jun./dez.02, período marcado por forte depreciação cambial provocada pela incerteza eleitoral, a maior parte dos bancos selecionados obteve ganhos representativos com estas operações. Em dez.02, o Banco do Brasil, o Bradesco, o Unibanco e o ABN tiveram, respectivamente, 24,5%, 18,3%, 15,2% e 11,7% de suas receitas de intermediação explicadas pelos ganhos obtidos com operações de câmbio.

Finalmente, embora ultrapasse os propósitos deste artigo, cumpre destacar o aumento de outras categorias de receitas, com destaque aos ganhos obtidos com prestação de serviços. A Tabela 18 mostra a relação receita de serviços/despesa com pessoal. Em set.05, apenas a CEF e os bancos Safra e Votorantin, este último com características específicas por operar somente no atacado, não pagavam as suas despesas com pessoal apenas com a receita de prestação de serviços.

Os ganhos com crédito, TVM e serviços, conjugados a uma administração ativa do passivo, exerceram impactos positivos em termos de retorno sobre o patrimônio (ROE) dos grandes bancos no período jun.02/jun.05 (Tabela 19). Sete dos oito bancos analisados apresentaram aumento do retorno entre o início e o final do interregno. Apenas os bancos ABN, Santander e Safra apresentaram redução da ROE, significativa nos dois primeiros casos. O caso do ABN chama atenção especialmente por se tratar da instituição com menor retorno entre as selecionadas e, ao mesmo tempo, ser o banco com maior exposição em crédito dentre os dez analisados, condição que induz a realização de um estudo de caso.

6 Conclusão

A partir do segundo semestre de 2003, deu-se início a uma clara recuperação do crédito bancário no país, movimento que tem atuado no sentido de inverter a trajetória descendente da relação crédito/PIB observada após o Plano Real. A retomada dos empréstimos tem sido liderada pelas operações destinadas às pessoas físicas, com forte crescimento do crédito consignado com desconto em folha de pagamento, mas também tem crescido em modalidades importantes dos recursos destinados às empresas.

O artigo procurou interpretar este processo à luz do referencial pós-keynesiano. Constatou-se que, nos últimos dois anos, os bancos tem optado por retornos monetários em detrimento do

prêmio de liquidez, o que pode ser evidenciado a partir da maior exposição dos grandes bancos no Brasil em operações de crédito, cuja contrapartida tem sido a redução da participação das operações de TVM nas aplicações destas instituições. Esse processo tem repercutido em termos de resultados: para a maioria dos bancos selecionados, observou-se uma significativa redução das receitas com TVM e um forte aumento das receitas com crédito.

A análise da estrutura patrimonial dos bancos no período recente evidenciou a habilidade destas instituições no manejo de suas operações ativas e passivas, no intuito de viabilizar novas oportunidades de ganhos. Do lado do ativo, a maioria dos grandes bancos substituiu parte das operações com TVM por operações de crédito, empenhando uma política agressiva de parcerias com grandes e médias redes de varejo e com bancos cujo nicho de atuação é o financiamento ao consumo. Além disso, diversas instituições pequenas e médias com foco no crédito ao consumidor foram adquiridas pelos grandes bancos, evidenciado a reação imediata destes últimos diante de novas oportunidades percebidas de lucro. No âmbito do passivo, os grandes bancos aumentaram a participação das captações de maior maturação e arbitraram continuamente com diferentes tipos de obrigações, de modo fugir das restrições impostas pela autoridade monetária e, assim, liberar mais recursos para a realização de empréstimos.

Enquanto instituições que objetivam acumular e valorizar riqueza sob a forma monetária, os bancos atuam de modo pró-cíclico, potencializando tanto os períodos de expansão, quanto de depressão. Neste sentido, propõe-se a realização de estudos que busquem aferir a sustentabilidade do recente processo de recuperação do crédito no país. Ademais, sugere-se a realização de dois estudos de caso: a) para o Banco ABN, buscando identificar os motivos da dissintonia observada entre a política arrojada empenhada pela instituição do lado do ativo e os retornos modestos obtidos; e b) para a CEF, que tem apresentado no período recente um comportamento claramente anti-cíclico, na contramão da estratégia empenhada pelos grandes bancos.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Nota para a imprensa – política monetária e mercado aberto**. Brasília: Banco Central, nov. 2005.

_____. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

_____. **Séries temporais**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

BANCOS encontram no varejo alternativas para a rede de agências. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 maio 2004a. Finanças e Mercados, Caderno B, p. 1.

BANCOS entram no jogo do crédito massificado. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 28 julho 2004b. Finanças e Mercados, Caderno B, p. 1.

BANCOS miram carteiras de consumo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 dezembro 2004c. Finanças e Mercados, Caderno B, p. 1.

- BRADESCO e colombo criam financeira. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 03 agosto 2005a. Finanças e Mercados, Caderno B, p. 1.
- BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo In: TAVARE, M. da C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro: uma política de globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, p. 195-242.
- CARVALHO, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Giuliano Contendo de. Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.69-84, jan./jun. 2002.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, Edward J. (org.). **Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico**. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 179-194.
- _____. The Real stabilization Plan and the banking sector in Brazil. **Banca Nazionale Del Lavoro Quarterly Review**, Roma, v. LI, n. 206, p. 291-326, Sept. 1998.
- _____. On banks' liquidity preference. In: DAVIDSON, Paul; KREGEL, Jean (Editors.). **Full Employment and price stability in a global economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 1999. Mimeografado.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. et al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 1-15, p. 41-59 e p. 252-273.
- DYMSKI, Gary A. A keynesian theory of bank behavior. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, vol. X, n. 4, p. 499-526, Summer 1988.
- FERRARI FILHO, Fernando, ARAÚJO, Jorge Paulo de. Caos, incerteza e teoria pós-keynesiana. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 21, n. 2, p. 163-182, 2000.
- FREITAS, Maria Cristina P. A natureza da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 51-83, jun.1997.
- _____. Moeda endógena e passividade bancária: uma análise crítica da abordagem "horizontalista" e da teoria do circuito monetário. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 114-133, out./dez. 1999.
- GARNER, C. Alan. Uncertainty, human judgment, and economic decisions. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, vol. IV, n. 3, p. 413-424, Spring 1982.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).
- _____. A treatise on money: the applied theory of money. In: ROYAL ECONOMIC SOCIETY. **The collected writings of John Maynard Keynes**. New York: Cambridge University Press, 1971b. v. VI. p. 43-69 e p. 217-230.
- _____. A treatise on money: the pure theory of money. In: ROYAL ECONOMIC SOCIETY. **The collected writings of John Maynard Keynes**. New York: Cambridge University Press, 1971a. v. V. p. 3-43 e p.217-230.
- MINSKY, Hyman P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986. p. 223-253.
- _____. **The essential characteristics of post-keynesian economics**. New York: The Jerome Levy Economics Institute, 1993. Mimeografado.

MOLLO, M. L. R. A Endogeneidade Pós-Keynesiana da Moeda: Traços Ortodoxos e Heterodoxos. **Estudos Econômicos**, SÃO PAULO, v. 27, n. 03, 1997.

NEAL, Penny. Keynesian uncertainty in credit markets. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, vol. 18, n. 3, Spring 1996.

OLIVEIRA, Giuliano Conto de. **Análise do spread bancário no Brasil após o Plano Real (1994-2003)**. 2004. 122 f. Dissertação (Mestrado em Economia)—Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo, 2004.

OREIRO, J. L. C. Preferência pela Liquidez e Escolha de Portfólio. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 87-108, 1999.

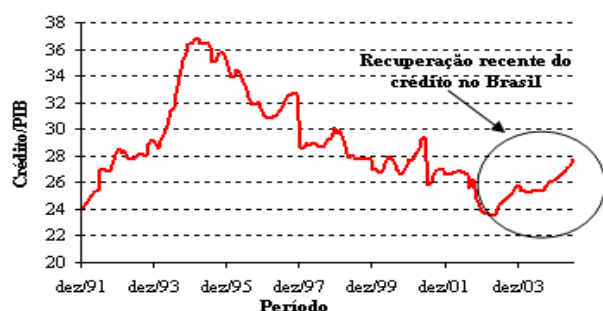
PAULA, Luiz Fernando R. de; ALVES JR, Antonio José. Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano. **Análise Econômica**, Rio Grande do Sul, ano 21, n. 39, p. 137-162, mar. 2003a.

PARCERIAS vão predominar no segmento financeiro. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 março 2005b. Finanças e Mercados, Caderno B, p. 1.

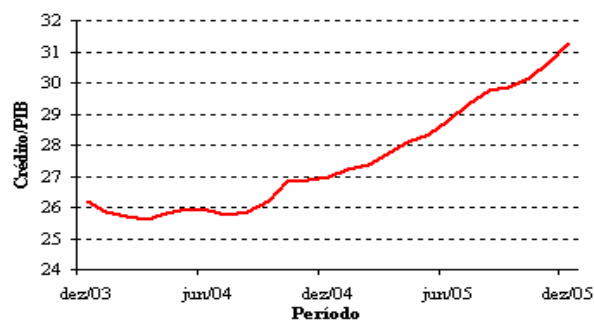
_____. Banking behaviour and the brazilian economy after the Real Plan: a post-keynesian approach. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, Roma, v. LVI, n. 227, p.337-365, december 2003b.

PAULA, Luiz Fernando R. de; ALVES JR., Antonio José; MARQUES, Maria Beatriz Leme. Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.31, n.2, p. 285-310, abr./jul. 2001.

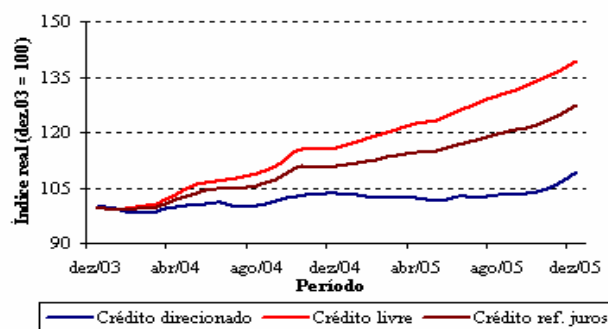
I. Crédito Total/PIB - metodologia antiga (dez.91/jun.05)



II. Crédito Total/PIB - nova metodologia (dez.03/dez.05)



III. Crédito total por segmento - nova metodologia (dez.03/dez.05)



IV. Crédito livre PF e PJ (dez.03/dez.05)

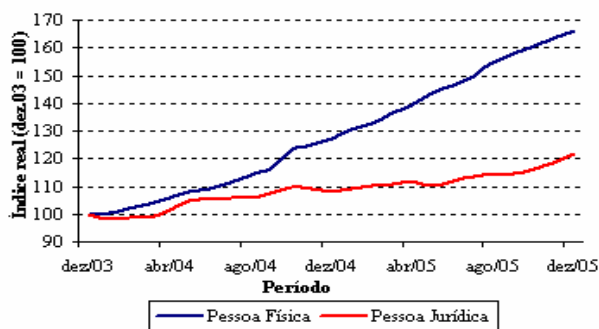


FIGURA 1: INDICADORES DE CRÉDITO SELECIONADOS

Fonte: Banco Central: Elaboração do autor.

Modalidades de crédito: concessão, volume, participação relativa, crescimento real e prazo médio

Modalidades de crédito ref. taxa de juros, por tipo de tomador	Conc. acum. mês (média jan-dez/05)			Taxa média anual de crescimento real concessão acum. mês			Volume total (dez05)			Taxa anual de crescimento real, volume total (dez. contra dez.)			Prazo médio em dias			
	% em relação ao total	% em relação cat. respectiva	Em R\$ bi de dez05	2002-03	2003-04	2004-05	% em relação ao total	% em relação cat. respectiva	Em R\$ bi de dez05	2002-03	2003-04	2004-05	Média jan- dez/02	Média jan- dez/03	Média jan- dez/04	Média jan- dez/05
Pessoa Física	34,5	100,0	38,4	0,3	9,4	13,4	45,5	100,0	155,2	5,8	19,5	29,6	314,6	294,9	285,3	302,4
Cheque especial	15,3	44,5	17,1	-5,2	1,6	2,8	3,2	7,1	11,0	-4,5	2,1	5,9	20,0	20,5	20,2	21,0
Crédito pessoal	5,7	16,4	6,3	-0,3	35,7	20,0	18,7	41,0	63,6	13,6	32,3	38,5	210,3	214,4	253,0	299,9
Financiamento imobiliário	0,0	0,1	0,0	-18,2	28,6	7,6	0,3	0,6	1,0	-29,0	-27,3	-16,3	1.638,0	1.609,3	1.423,0	1.281,4
Aquisição de veículos	3,2	9,3	3,6	5,7	26,7	18,6	14,9	32,7	50,8	1,9	18,0	26,3	514,3	506,8	464,8	475,3
Aquisição de outros bens	1,3	3,7	1,4	10,4	18,1	26,8	3,0	6,6	10,3	6,8	25,6	34,3	173,3	162,1	155,8	161,4
Cartão de crédito	5,1	14,8	5,7	21,6	18,9	48,2	3,2	7,0	10,8	22,4	17,8	25,1	39,9	28,4	26,7	26,6
Outras operações	3,9	11,2	4,3	5,5	-3,9	8,1	2,3	5,0	7,8	1,9	-7,5	35,0	149,9	154,1	133,3	149,5
Pessoa Jurídica	65,5	100,0	73,1	-3,2	9,5	10,1	54,5	100,0	185,6	-8,6	8,0	11,1	181,0	172,3	187,8	200,0
Capital de giro	8,2	12,5	9,2	0,0	0,1	12,9	15,1	27,8	51,5	2,1	13,5	21,2	252,3	232,7	288,6	307,2
Conta garantida	19,2	29,3	21,4	-3,1	8,2	5,7	8,7	16,0	29,7	-0,9	6,4	12,1	23,2	22,9	23,0	22,1
Financiamento imobiliário	0,0	0,0	0,0	137,6	-40,7	62,1	0,2	0,3	0,6	-25,7	-27,9	35,2	986,2	925,7	983,6	1.004,7
Aquisição de bens	2,2	3,3	2,4	17,4	44,4	33,8	3,3	6,0	11,2	0,4	58,4	31,9	279,4	256,7	274,3	277,7
Vendor	4,3	6,6	4,8	1,6	21,3	5,7	2,9	5,4	10,0	-8,2	21,0	-7,8	73,2	77,2	77,1	76,9
ACC	6,3	9,6	7,0	-0,7	9,2	-5,4	7,0	12,9	23,9	-5,7	-13,3	-6,1	116,9	110,2	102,1	97,0
Export notes	0,0	0,0	0,0	-25,3	-50,9	-37,9	0,0	0,0	0,1	-30,0	-22,2	-65,3	287,8	231,1	230,0	201,2
Repasse externos	2,0	3,0	2,2	-31,4	-5,2	21,5	4,7	8,6	16,0	-36,3	-8,4	10,7	278,0	292,2	351,0	376,1
Outras operações	15,3	23,3	17,0	-6,0	11,9	25,0	6,7	12,3	22,8	15,6	31,9	27,7	92,6	113,4	112,1	134,7
Financiamento a importação e outros	0,8	1,3	0,9	-13,9	13,8	-3,0	2,4	4,4	8,2	-37,6	-5,0	-7,3	349,2	454,5	507,2	595,8
Hot Money	0,7	1,0	0,8	-15,5	-23,1	-13,2	0,1	0,3	0,5	-19,6	-31,7	18,7	12,0	10,3	11,6	13,2
Desconto de duplicatas	6,4	9,7	7,1	9,3	20,5	5,3	3,2	5,9	11,0	13,8	29,3	-0,2	37,3	31,1	32,2	31,9
Desconto de notas promissórias	0,1	0,2	0,2	-49,4	-32,7	-6,8	0,1	0,1	0,2	-56,0	-17,6	-6,0	31,6	34,1	35,1	34,7
Total Geral	-	-	111,5	-2,0	9,5	11,2	-	-	340,8	-3,4	12,5	18,8	229,6	219,2	227,1	245,6

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

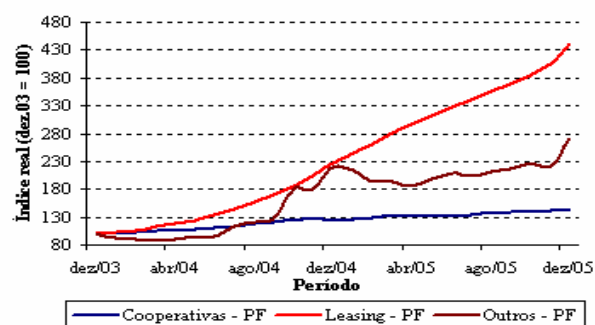
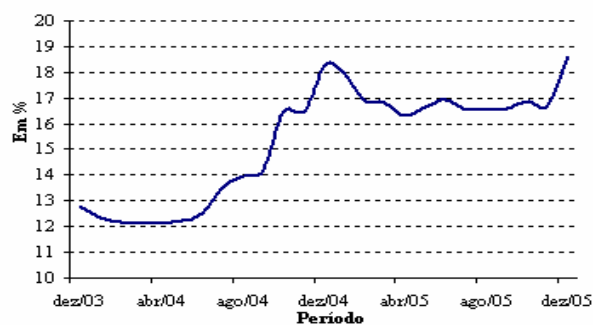
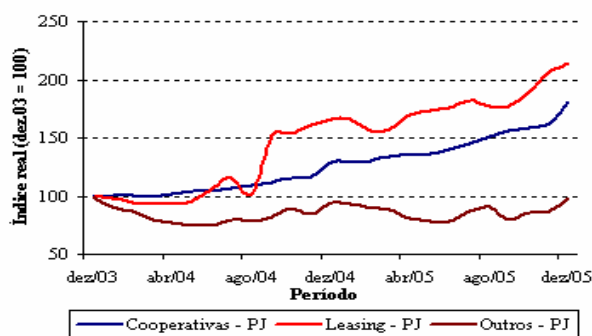
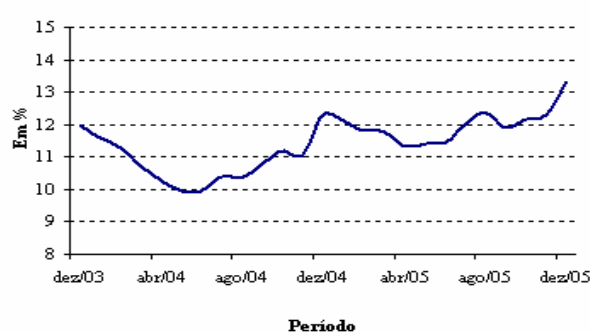
I. Outras modalidades de crédito PF (dez.03/dez.05)**II. Outras modal. PF/crédito livre PF, em % (dez.03/dez.05)****III. Outras modalidades de crédito PJ (dez.03/dez.05)****IV. Outras modal. JF/crédito livre PJ, em % (dez.03/dez.05)**

FIGURA 2: CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES
 Fonte: Banco Central: Elaboração do autor.

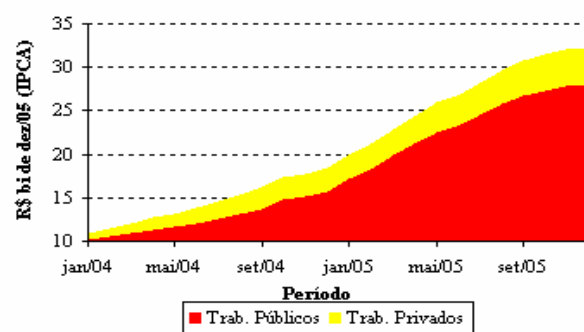
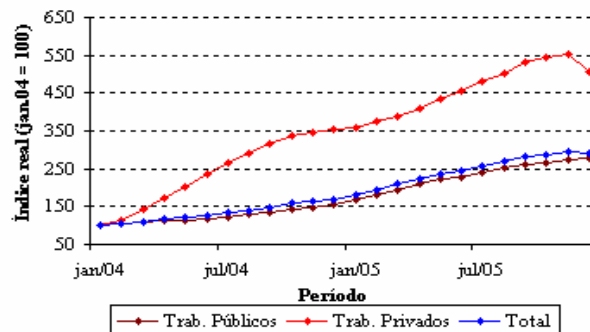
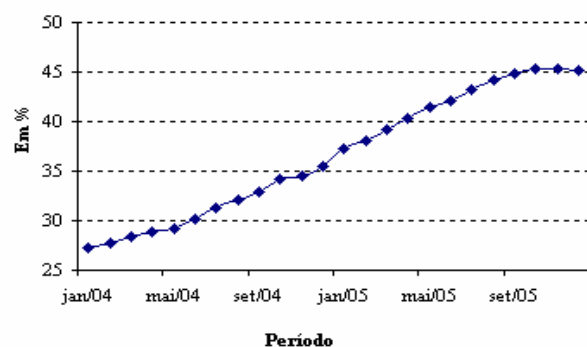
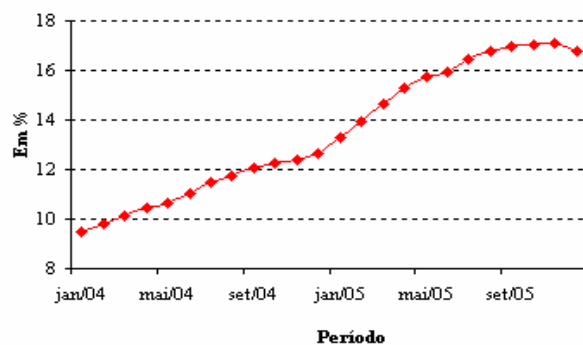
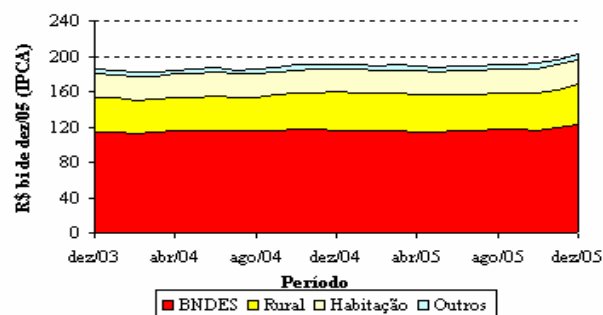
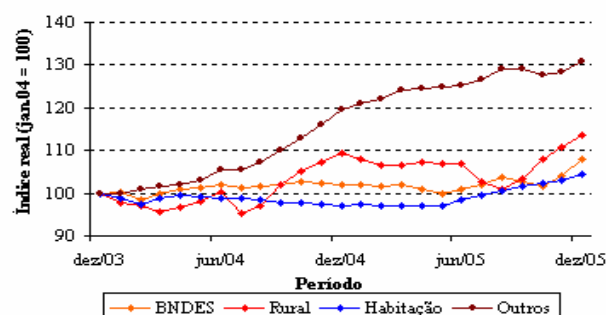
I. Crédito consignado, em R\$ bi de dez/05 (jan.04/dez.05)**II. Crédito consignado, índice real jan04 = 100 (jan.04/dez.05)****III. Créd. consig./créd. pessoal, nova metod., em % (jan.04/dez.05)****IV. Crédito consignado/crédito livre PF, nova metod. (dez.03/dez.05)**

FIGURA 3: CRÉDITO CONSIGNADO COM DESCONDO EM FOLHA
 Fonte: Banco Central: Elaboração do autor.

I. Crédito direcionado, em R\$ bi de dez/05 (dez.03/dez.05)



II. Crédito direcionado, índice real dez03 = 100 (dez.03/dez.05)



III. Créd. direcionado/crédito total, nova metod., em % (dez.03/dez.05) IV. Crédito direcionado/crédito livre, nova metod. (dez.03/dez.05)

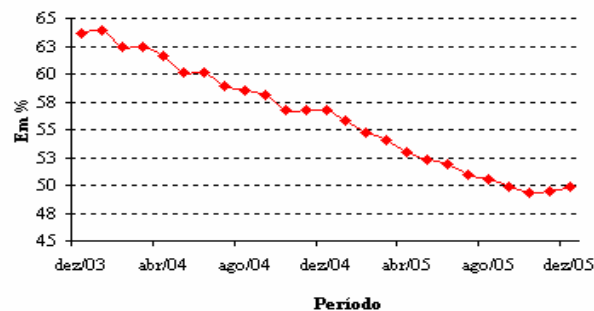
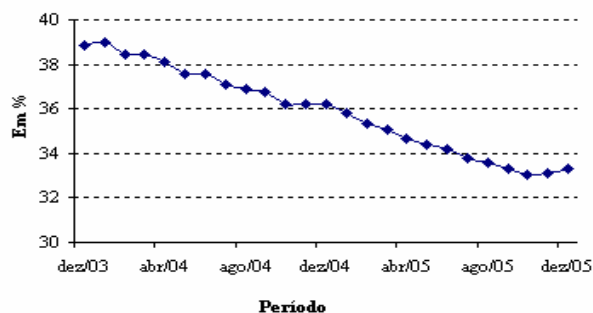


FIGURA 4: CRÉDITO DIRECIONADO

Fonte: Banco Central; Elaboração do autor.

Tabela 2 - Operações de Crédito/Ativo Total, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	29,0	26,7	29,3	30,2	32,6	33,5	36,9	34,8	31,6
CEF	18,6	17,7	18,2	16,8	16,1	19,6	20,1	20,2	18,4
Bradesco	39,4	35,4	34,0	31,3	34,6	37,7	39,7	41,7	36,7
Itaú	29,6	31,2	33,3	30,7	32,5	30,9	30,4	32,1	31,3
Unibanco	36,3	30,5	36,3	37,6	34,5	39,0	41,0	40,2	36,9
ABN	35,6	41,1	39,8	42,5	42,5	45,1	46,1	47,8	42,5
Santander	22,1	23,3	24,2	24,9	25,0	28,3	29,7	28,8	25,8
HSBC	32,8	30,2	35,9	43,5	38,4	42,4	36,6	35,5	36,9
Safrá	33,7	37,9	31,0	34,8	34,5	35,1	35,3	34,0	34,5
Votorantim	13,7	13,3	14,4	16,8	16,2	19,2	23,5	23,9	17,6
Média 10 maiores	29,1	28,7	29,6	30,9	30,7	33,1	33,9	33,9	31,2
50 Maiores	29,8	29,2	29,0	28,7	28,8	31,0	31,8	31,5	30,0

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 3 - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos/Ativo Total, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	40,4	34,7	35,4	30,2	30,7	30,7	29,5	27,9	32,4
CEF	42,9	44,7	47,3	51,5	47,3	49,3	47,7	47,7	47,3
Bradesco	19,2	13,5	13,8	16,6	16,2	16,8	14,8	12,6	15,4
Itaú	18,0	18,6	18,5	17,0	15,3	13,4	11,6	11,9	15,5
Unibanco	27,4	21,7	20,6	16,9	17,7	13,4	12,5	12,2	17,8
ABN	31,0	23,6	20,8	24,1	20,2	23,9	23,2	21,9	23,6
Santander	41,8	37,7	33,1	36,3	31,1	35,7	32,5	28,8	34,6
HSBC	21,2	22,9	18,1	19,2	19,6	24,6	22,4	21,2	21,1
Safrá	27,5	13,3	24,2	21,9	17,5	26,2	26,2	22,9	22,5
Votorantim	75,8	58,4	49,9	44,5	28,2	39,5	46,5	37,1	47,5
Média 10 maiores	34,5	28,9	28,1	27,8	24,4	27,4	26,7	24,4	27,8
50 Maiores	30,3	27,0	30,7	30,9	29,6	29,9	29,7	28,8	29,6

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 4 - Disponibilidades/Ativo Total, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	4,3	5,7	3,2	4,7	7,0	6,5	1,5	2,0	4,4
CEF	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4
Bradesco	1,9	2,3	1,3	1,6	1,5	1,8	1,9	1,6	1,7
Itaú	2,4	1,7	1,4	1,9	1,5	1,5	1,5	1,5	1,7
Unibanco	1,9	1,4	1,2	1,5	1,4	2,0	1,4	1,5	1,6
ABN	2,2	2,8	2,0	2,2	2,2	2,3	2,2	2,3	2,3
Santander	6,2	1,6	1,2	1,5	2,1	1,3	1,0	1,6	2,1
HSBC	4,9	6,1	5,1	2,0	1,8	1,8	1,6	2,1	3,2
Safrá	16,3	5,1	4,7	8,6	10,4	8,8	5,3	8,6	8,5
Votorantim	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,4	0,1	0,1
Média 10 maiores	4,1	2,7	2,1	2,5	2,8	2,7	1,7	2,2	2,6
50 Maiores	2,4	2,3	1,8	2,3	2,8	2,7	1,5	1,7	2,2

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 5 - Patrimônio líquido/ativo total, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	4,7	4,5	5,3	5,3	5,7	5,9	6,6	6,9	5,6
CEF	3,8	3,6	4,0	3,8	3,7	4,5	4,1	4,2	4,0
Bradesco	9,5	9,0	9,5	9,2	9,4	10,3	11,1	11,2	9,9
Itaú	13,0	10,0	12,2	11,6	12,2	13,0	12,2	12,4	12,1
Unibanco	10,7	9,4	11,5	11,6	11,0	11,4	11,6	11,2	11,1
ABN	14,3	15,9	15,6	15,4	15,0	15,1	13,8	13,6	14,8
Santander	10,2	10,8	14,4	13,5	12,2	12,8	11,9	11,0	12,1
HSBC	6,0	5,5	6,2	7,2	6,5	7,8	6,6	6,2	6,5
Safra	8,1	9,0	9,8	9,2	8,9	8,9	9,1	8,6	9,0
Votorantim	9,7	9,3	9,3	9,5	8,6	9,0	8,8	9,3	9,2
Média 10 maiores	9,0	8,7	9,8	9,6	9,3	9,9	9,6	9,4	9,4
50 Maiores	8,9	8,3	9,2	8,9	8,8	9,4	9,3	9,2	9,0

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 6 - Índice de Basileia, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	11,5	12,2	13,8	13,7	14,4	15,1	15,7	17,4	14,2
CEF	13,7	14,7	18,4	19,2	17,6	20,3	17,7	18,3	17,5
Bradesco	14,3	17,9	16,4	19,9	18,1	18,8	18,2	17,7	17,6
Itaú	15,7	17,1	17,1	20,2	19,8	20,1	17,9	17,3	18,1
Unibanco	13,4	15,7	16,7	18,6	16,7	16,3	16,1	16,5	16,3
ABN	15,0	15,7	14,6	19,6	18,4	19,3	17,5	17,2	17,2
Santander	13,6	15,1	16,4	18,1	16,4	17,0	15,6	14,9	15,9
HSBC	12,3	12,9	12,3	14,4	13,2	14,0	12,8	12,6	13,1
Safra	12,1	16,7	13,2	15,6	13,8	15,4	13,9	13,7	14,3
Votorantim	15,4	19,6	20,1	22,1	19,9	17,5	14,3	15,4	18,0

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 7 - Depósito Total/Passivo Total, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	46,9	47,5	48,5	47,8	50,9	48,3	50,5	50,0	48,8
CEF	64,8	59,7	58,4	53,8	50,3	62,1	59,5	58,9	58,4
Bradesco	45,8	46,5	43,1	39,6	44,3	46,3	45,7	43,7	44,4
Itaú	33,7	36,7	34,9	34,1	32,4	34,2	32,1	32,6	33,8
Unibanco	36,7	37,1	40,3	41,0	41,0	46,6	47,1	43,8	41,7
ABN	34,0	43,3	46,4	49,1	46,0	54,7	56,1	58,8	48,6
Santander	29,4	35,5	35,5	31,9	28,9	34,4	35,2	33,9	33,1
HSBC	47,8	52,0	61,4	57,6	60,1	67,1	60,0	58,0	58,0
Safra	30,9	28,6	24,3	25,5	22,7	24,4	23,9	26,1	25,8
Votorantim	40,4	39,0	35,3	35,3	33,3	35,7	42,7	41,5	37,9
Média 10 maiores	41,1	42,6	42,8	41,6	41,0	45,4	45,3	44,7	43,1
50 Maiores	36,2	37,2	42,2	41,3	41,2	44,2	43,9	43,2	41,2

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 8 - Depósito à vista/depósito total, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	22,2	24,3	20,6	24,0	24,5	24,2	22,7	21,5	23,0
CEF	5,6	6,7	5,5	6,2	6,1	6,5	6,0	5,7	6,0
Bradesco	19,6	23,6	20,3	22,2	21,1	22,3	20,9	20,8	21,4
Itaú	22,1	26,4	19,9	25,7	25,9	26,1	23,7	22,8	24,1
Unibanco	12,6	12,4	12,8	10,5	9,9	9,6	10,0	10,2	11,0
ABN	19,2	21,2	15,5	14,5	14,3	13,6	12,1	11,2	15,2
Santander	17,2	17,8	16,3	20,2	17,8	17,4	14,0	13,1	16,7
HSBC	27,4	23,9	19,6	19,8	16,6	15,4	13,0	12,6	18,5
Safra	8,8	10,7	10,3	15,3	11,8	12,2	10,7	9,8	11,2
Votorantim	2,2	2,1	0,7	0,6	0,6	0,4	0,3	0,3	0,9
Média 10 maiores	15,7	16,9	14,2	15,9	14,9	14,8	13,3	12,8	14,8
50 maiores	14,4	16,9	14,7	16,7	15,9	16,0	14,7	14,0	15,4

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 9 - Depósitos de poupança/depósito total, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	28,4	27,7	26,5	24,9	25,0	26,9	26,8	26,2	26,5
CEF	54,1	55,4	54,7	54,1	55,3	53,4	50,5	49,8	53,4
Bradesco	37,0	36,6	36,4	38,0	34,9	36,1	34,2	34,8	36,0
Itaú	55,5	45,1	47,3	47,2	48,6	45,5	41,7	40,9	46,5
Unibanco	22,7	21,7	22,1	22,7	20,2	17,5	15,8	15,5	19,8
ABN	38,0	33,8	26,7	23,7	23,7	21,4	18,2	16,7	25,3
Santander	21,5	21,8	22,6	23,0	22,0	20,2	17,9	17,0	20,8
HSBC	16,2	12,7	11,6	10,3	8,0	6,9	5,9	5,6	9,7
Safra	11,0	10,7	11,7	8,5	9,4	5,3	4,8	3,9	8,1
Votorantim	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Média 10 maiores	28,4	26,6	26,0	25,3	24,7	23,3	21,6	21,0	24,6
50 maiores	31,8	31,2	32,0	31,2	30,0	29,8	28,1	27,5	30,2

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 10 - Depósito a prazo/depósito total, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	37,4	38,5	41,8	37,7	35,8	35,0	36,5	37,7	37,5
CEF	35,6	32,9	33,0	32,3	33,2	32,8	36,5	36,8	34,1
Bradesco	43,1	39,7	43,2	39,7	43,9	41,5	44,7	44,0	42,5
Itaú	20,0	27,0	30,6	23,6	22,6	26,2	32,8	33,5	27,0
Unibanco	64,5	65,6	64,8	65,7	69,2	72,5	73,9	74,1	68,8
ABN	41,6	44,5	57,4	59,5	59,9	63,2	68,5	70,6	58,2
Santander	60,9	60,0	61,0	56,7	59,9	61,9	67,8	69,6	62,2
HSBC	55,8	62,5	68,6	68,7	75,2	77,5	80,9	81,4	71,3
Safrá	71,6	77,8	70,6	54,6	54,6	58,5	63,7	71,5	65,4
Votorantim	95,8	94,3	94,3	90,7	89,1	83,7	84,6	85,2	89,7
Média 10 maiores	52,6	54,3	56,5	52,9	54,3	55,3	59,0	60,4	55,7
50 maiores	45,5	44,1	48,0	45,5	47,8	47,9	51,0	52,0	47,7

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 11 - Depósitos interfinanceiros/depósito total, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	6,5	4,0	5,4	6,6	6,6	5,0	4,9	4,8	5,5
CEF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bradesco	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
Itaú	2,2	1,4	2,0	3,2	2,4	1,5	1,2	2,1	2,0
Unibanco	0,3	0,2	0,3	1,1	0,7	0,4	0,3	0,2	0,4
ABN	1,1	0,5	0,4	1,9	1,7	1,4	0,9	1,1	1,1
Santander	0,4	0,3	0,0	0,1	0,2	0,4	0,1	0,1	0,2
HSBC	0,6	0,9	0,2	1,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,5
Safrá	8,6	0,8	7,3	21,6	24,2	23,9	20,5	14,7	15,2
Votorantim	2,0	3,6	5,0	8,8	10,4	15,9	15,1	14,5	9,4
Média 10 maiores	2,2	1,2	2,1	4,4	4,6	4,9	4,3	3,8	3,4
50 maiores	3,5	2,4	2,2	3,1	3,0	2,8	2,7	2,7	3,2

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 12 - Captação Mercado Aberto/Passivo Total, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	22,1	23,6	20,2	17,4	16,3	18,6	15,5	14,7	18,5
CEF	7,2	14,7	17,3	22,7	23,8	9,5	13,5	14,1	15,3
Bradesco	7,8	13,1	14,0	22,3	11,5	15,5	13,4	15,1	14,1
Itaú	14,9	11,0	11,4	15,3	11,4	13,4	13,3	15,5	13,3
Unibanco	11,5	19,5	8,7	11,3	14,1	10,4	8,5	11,8	12,0
ABN	7,2	1,4	1,8	4,5	3,3	4,3	3,7	3,0	3,7
Santander	7,4	10,6	7,0	13,5	15,4	16,5	15,7	22,5	13,6
HSBC	1,9	1,7	2,0	2,7	2,6	3,9	10,3	12,9	4,8
Safrá	11,0	15,4	18,6	22,4	7,8	23,3	20,3	20,3	17,4
Votorantim	16,7	22,4	24,6	31,3	39,4	35,5	22,7	25,3	27,3
Média 10 maiores	10,8	13,4	12,6	16,3	14,6	15,1	13,7	15,5	14,0
50 Maiores	10,6	12,9	14,2	17,6	15,8	15,7	14,7	17,0	14,8

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 13 - Obrigações por emprést. e repasses/Passivo Total, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	9,2	9,5	7,2	7,6	9,8	11,4	7,2	6,9	8,6
CEF	4,0	4,6	5,5	5,8	6,0	7,8	7,9	8,1	6,2
Bradesco	14,5	13,3	10,9	10,1	11,6	10,8	9,6	9,4	11,2
Itaú	11,2	13,4	12,1	11,5	11,5	8,3	6,4	6,0	10,0
Unibanco	17,7	15,3	15,9	14,4	13,2	11,1	10,7	10,3	13,6
ABN	6,2	7,4	7,5	9,7	10,1	8,1	6,0	6,2	7,6
Santander	19,5	12,0	13,0	14,0	14,9	11,9	9,4	8,6	12,9
HSBC	13,8	14,9	9,6	9,5	9,8	6,2	5,7	5,2	9,3
Safrá	22,4	11,2	9,7	14,7	16,1	14,4	9,6	8,3	13,3
Votorantim	5,4	5,1	2,6	3,6	4,8	4,6	5,3	4,9	4,6
Média 10 maiores	12,4	10,7	9,4	10,1	10,8	9,5	7,8	7,4	9,7
50 Maiores	15,8	15,6	10,6	10,3	10,5	10,0	8,1	7,8	11,1

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 14 - Receita com TVM/Receita de Intermediação, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	40,7	42,8	48,8	41,8	36,4	37,1	37,2	34,0	39,9
CEF	61,1	61,3	57,1	60,6	58,5	55,2	57,5	57,4	58,6
Bradesco	26,6	30,5	29,6	32,2	25,2	24,5	22,4	22,7	26,7
Itaú	25,2	32,1	34,2	34,1	27,1	22,4	16,8	18,8	26,3
Unibanco	36,1	50,1	9,0	28,2	27,1	24,2	21,8	22,6	27,4
ABN	36,1	34,2	8,7	25,0	19,0	19,3	17,3	18,1	22,2
Santander	72,3	82,2	31,6	41,3	55,0	32,5	43,8	35,2	49,2
HSBC	50,4	45,2	14,2	21,0	21,3	18,1	21,0	25,8	27,1
Safrá	49,9	51,0	43,3	40,5	30,6	27,1	29,2	30,8	37,8
Votorantim	53,7	92,6	83,2	79,4	55,2	65,2	45,6	39,5	64,3
Média 10 maiores	45,2	52,2	36,0	40,4	35,5	32,6	31,3	30,5	38,0
50 Maiores	37,4	39,5	41,1	42,2	37,8	35,6	34,8	34,6	37,9

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 15 - Receita de crédito e arrend. mercantil/Rec. de Interm., em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	43,2	34,7	47,1	47,2	55,0	58,0	58,3	55,4	49,9
CEF	23,7	20,5	21,0	21,6	24,8	28,5	29,1	28,2	24,7
Bradesco	65,0	56,5	58,7	57,4	62,5	59,6	58,0	61,2	59,9
Itaú	68,7	56,9	57,7	56,2	66,9	57,5	65,5	67,1	62,1
Unibanco	61,7	59,1	71,8	66,0	67,6	64,1	68,7	68,6	65,9
ABN	57,3	53,7	87,4	76,6	73,0	83,7	75,4	70,7	72,2
Santander	37,2	28,7	41,0	45,9	44,5	46,8	41,8	51,5	42,2
HSBC	54,4	64,6	56,2	66,4	72,2	67,2	67,8	64,0	64,1
Safra	58,1	67,5	68,0	63,7	71,3	78,9	81,6	80,4	71,2
Votorantin	27,2	24,3	38,3	31,9	38,8	34,5	41,8	38,6	34,4
Média 10 maiores	49,6	46,7	54,7	53,3	57,7	57,9	58,8	58,6	54,7
50 Maiores	53,7	49,8	50,0	48,4	53,6	54,8	55,7	54,8	52,6

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 16 - Receita de Derivativos/Receita de Intermediação, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	-4,0	-4,4	-1,3	-1,8	-1,5	-0,4	-0,4	-0,9	-1,9
CEF	-1,2	-4,7	2,7	-0,2	-0,6	1,0	-0,5	-0,1	-0,5
Bradesco	-6,8	-8,2	0,6	0,3	1,1	9,3	11,8	9,4	2,2
Itaú	-1,5	1,7	2,1	5,1	-1,8	16,6	13,7	10,7	5,8
Unibanco	-9,0	-26,4	12,5	-0,2	-1,1	8,5	5,7	5,1	-0,6
ABN	-0,6	-0,5	2,1	-5,0	1,9	-4,1	2,5	5,5	0,2
Santander	-13,4	-13,4	16,6	7,4	-2,6	16,8	10,8	9,4	3,9
HSBC	-6,2	-17,5	22,1	5,2	2,5	9,7	7,0	5,9	3,6
Safra	-14,8	-29,1	-18,1	-9,1	-8,8	-7,7	-12,3	-13,2	-14,1
Votorantin	19,1	-18,8	-23,5	-13,7	-1,5	-1,6	10,5	19,8	-1,2
Média 10 maiores	-3,8	-12,1	1,6	-1,2	-1,2	4,8	4,9	5,1	-0,2
50 Maiores	-1,0	-3,1	-0,7	0,4	-0,5	3,8	3,0	3,4	0,7

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 17 - Receita de Câmbio/Receita de Intermediação, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	19,3	24,5	0,0	8,4	6,2	0,7	0,0	6,6	8,2
CEF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bradesco	14,0	18,3	5,0	5,0	6,4	1,3	2,5	1,8	6,8
Itaú	5,8	5,8	0,0	0,0	3,9	0,0	0,4	0,0	2,0
Unibanco	10,7	15,2	2,4	2,2	3,1	0,0	0,0	0,0	4,2
ABN	6,6	11,7	0,0	2,4	5,3	0,0	0,3	1,1	3,4
Santander	0,0	1,2	7,0	2,1	0,6	1,1	0,8	0,5	1,6
HSBC	1,1	5,0	3,0	2,9	0,8	1,6	0,4	0,4	1,9
Safra	6,6	9,5	3,0	2,7	5,3	0,0	0,0	0,4	3,4
Votorantin	0,0	1,1	0,0	0,0	5,8	0,0	0,0	0,0	0,9
Média 10 maiores	6,4	9,2	2,0	2,6	3,7	0,5	0,4	1,1	3,2
50 Maiores	8,1	10,6	3,2	3,5	4,2	1,0	1,2	2,2	4,2

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 18 - Receita de Prestação de Serviços/Despesa com Pessoal (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	0,9
CEF	1,2	1,0	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0	0,9	1,0
Bradesco	0,9	0,8	0,9	0,8	1,0	1,0	1,1	1,1	1,0
Itaú	1,4	1,4	1,7	1,8	2,0	2,0	2,1	2,1	1,8
Unibanco	1,2	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3	1,2
ABN	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0	0,8
Santander	0,7	0,7	0,8	0,9	0,9	1,2	1,1	1,1	0,9
HSBC	0,9	0,8	1,1	0,9	1,1	1,0	1,4	1,3	1,1
Safra	0,8	0,8	1,0	1,0	0,7	0,8	0,7	0,9	0,8
Votorantin	1,0	0,7	1,6	0,8	1,5	0,5	0,4	0,4	0,9
Média 10 maiores	1,0	0,9	1,1	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0
50 Maiores	0,9	0,8	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,0

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.

Tabela 19 - Lucro Líquido/Patrimônio Líquido, em % (2002-2005)

Bancos	jun/02	dez/02	jun/03	dez/03	jun/04	dez/04	jun/05	set/05	Média
Banco do Brasil	10,3	13,1	9,9	10,7	11,0	11,4	12,9	8,5	11,0
CEF	13,1	11,2	16,2	13,1	10,1	11,9	13,8	4,1	11,7
Bradesco	8,7	10,0	8,2	9,4	9,2	13,0	15,0	7,8	10,2
Itaú	9,0	11,7	13,5	3,0	13,5	19,2	15,4	8,5	11,7
Unibanco	7,6	8,1	7,2	7,9	7,6	8,7	9,9	5,3	7,8
ABN	7,5	7,7	1,6	2,9	6,1	1,6	3,7	2,2	4,2
Santander	21,1	25,0	13,3	8,5	10,1	9,7	11,4	4,8	13,0
HSBC	10,4	6,0	8,2	4,2	9,3	12,4	11,1	3,7	8,1
Safra	8,9	12,7	9,1	11,3	8,1	9,7	7,4	4,0	8,9
Votorantin	8,0	16,0	16,2	13,2	12,1	12,1	10,8	5,5	11,7
Média 10 maiores	10,5	12,1	10,3	8,4	9,7	11,0	11,1	5,4	9,8
50 Maiores	9,7	9,7	8,8	8,1	8,7	9,9	10,4	5,5	8,9

Fonte: Banco Central do Brasil (2006). Elaboração do autor.